



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Catuabo

O Quilombo Catuabo está localizado na cidade de Frei Paulo, no semiárido sergipano, a 74 quilômetros de Aracaju. É constituído por mais de 150 famílias, que há anos lutam pela titulação de suas terras, delimitadas em 886,7775 ha. **Segundo os quilombolas mais velhos, o fundador da comunidade foi o negro e ex-escravizado Bernardo dos Santos, que, tendo sobrevivido ao massacre de Canudos, migrou com a família para a região, então conhecida como Matas de Itabaiana, no fim do século 19.** Pouco tempo depois, a família do branco João de Dona chegou à localidade e, como foi comum na história da formação do povo brasileiro, os dois ramos familiares, conhecidos como os “Bernardos” e os “Donas”, logo se ligaram, dando origem à comunidade quilombola de Catuabo.



Os motivos que levaram Bernardo dos Santos a se estabelecer nas matas de Itabaiana ainda estão vivos na memória dos quilombolas, mais de 100 anos depois de sua mudança para o semiárido sergipano. Segundo contam, Bernardo fugiu da Bahia, já em idade avançada, temendo os maus-tratos a que eram submetidos os negros escravizados, que sustentaram por séculos os mais prósperos engenhos de açúcar e latifúndios canavieiros da zona da mata nordestina. **“Tudo indica que ele (Bernardo) veio de lá (Bahia) e escondeu-se aqui como que organizando um quilombo, um lugar para ficar escondido e poder criar a família”, diz o Sr. Antônio da Silva Lima. “Eu ouvi falar que ele era de um lugar chamado Canudo, veio embora de lá”, completa o Sr. José Francisco Lúcio.**

A trajetória de Bernardo não foi um caso isolado no Brasil do fim do século 19. Na verdade, depois da Lei Áurea, que acabou com a escravidão no país em 13 de maio de 1888, muitos ex-escravizados tinham dificuldade de seguir a vida onde moravam e por isso preferiram mudar para longe, de preferência para um lugar despovoado. “Os Bernardos estavam fugindo de um lugar para caçar um lugar onde eles pudessem ficar à vontade. Se esconderam aqui como se



Líderes da comunidade quilombola indicam os limites de seu território.

Fonte: Relatório Antropológico/2010.

fosse um quilombo. Catuabo eu creio que seja um lugar tradicional de quilombo, porque vem daí, da história do finado Bernardo. Porque ele chegou de lá fugido. Ele não tinha família aqui para poder vir convidado para morar aqui”, conta o Sr. Antônio. “Foi o finado Bernardo que comprou este terreno”, garante o Sr. José Ferreira Lima. “Comprou este terreno e a família dele foi tomando conta.”

## A fé e os costumes de Catuabo

Tendo se estabelecido em definitivo na região das Matas de Ita-baiana, os Bernardos e os Donas pouco a pouco desenvolveram um modo de vida próprio, com crenças e costumes que caracterizam a comunidade e que são preservados até hoje pelos quilombolas, décadas depois da morte dos primeiros moradores. Entre suas tradições mais características, destaca-se o respeito a entidades sobrenaturais, como a *caipora*, o *lobisomem* e a *mula do padre*. Na comunidade de Catuabo, assim como em boa parte do interior do Nordeste brasileiro até há algumas décadas, o respeito a essas entidades sobrenaturais está geralmente associado ao caráter sagrado de locais impróprios para a caça e à ideia de que temê-los garante o cumprimento de rituais como o batismo das crianças e a preservação de tabus como o do incesto.

Segundo a Sra. Cesária Jesus dos Santos, a caipora mora nas matas e florestas e reina sobre os animais, de quem é o principal protetor. Para isso, ainda de acordo com ela, a caipora frequentemente confunde os caçadores, levando-os a se perder pelas matas. “Sem ver nada, a pessoa diz: ‘Chega, senhor, que tem um negócio me puxando pelas pernas’. Aí o veado entrava na roça e a caipora não deixava matar. Ela atraía e assoviava mandando neles”, revela a Sra. Cesária, detalhando como a caipora protege os animais dos caçadores confundindo-os. “Diz que o veado que é o cavalo dela. Ela estava montada e esse veado não tem no mundo quem mate, porque ela não deixa. Se for caça, ela fica assoviando e a pessoa não vê nada, não acha nada. Ela não deixa. Ela atrai a pessoa.”

O lobisomem é outra entidade sobrenatural temida e respeitada pelos quilombolas de Catuabo, tendo inclusive sido visto por alguns deles, como o pai da Sra. Cesária, conforme ela mesma garante:

Meu pai disse que já se encontrou com lobisomem várias vezes. Ele disse que uma vez o bicho estava na estrada e foi crescendo, crescendo, até ficar do tamanho de um animal. (...) Papai conta que antigamente tinha uma mulher que gostava de viajar de noite com o marido. Um dia ela saiu, ele entrou para o mato e a mulher não sabia que ele virava lobisomem. Ele estava com uma criança no braço. Foram para a casa da mãe dela. Era meio distante. No caminho ele disse: “Você vai caminhando que eu vou entrar aqui”. Ela foi caminhando e dali a pouco ela escutou um atropelo atrás dela para comer o menino.

Além da caipora e do lobisomem, a comunidade reconhece o poder da *mula do padre*, menos conhecida Brasil afora do que as outras duas entidades sobrenaturais, mas muito temida pelos quilombolas. “Essa mula é um animal perigoso, mata qualquer pessoa”, afirma a Sra. Cesária. “Diz que, se ela der uma mijada para trás e pegar no olho da pessoa, a pessoa fica cega e ela mata. Diz que a mula do padre é uma mulher que teve caso com o padre. Vira mula porque o padre não pode fazer sexo com mulher nenhuma.”

Ainda de acordo com a Sra. Cesária, tanto o lobisomem quanto a mula são também associados ao nascimento de sete filhos e a um protocolo especial para o batizado do mais velho: “Diz o povo mais velho antigo que, na casa que nasce sete meninas mulheres, a primeira vira mula e, se nasce sete meninos homens, um vira lobisomem. O primeiro ou o mais velho. Diz que o mais velho tem de batizar o mais novo se nasce os sete todos homens. Mulher é o mesmo jeito. Se for tudo mulher, a primeira tem que batizar a última”, explica a Sra. Cesária. Como último recurso para desencantar a pessoa, ainda segundo ela, pode-se retirar um pouco de seu sangue: “Dizem que a pessoa tira um pouquinho de sangue. Aí diz que desencanta. Agora, tira sem ela saber. Faz o negócio sem ela conhecer, porque se conhecer ela acha ruim”.

A Sra. Cesária esclarece ainda como são os casos de *luzerna*, que evidenciam o tabu da união entre compadres e comadres: “Diz que, quando morrem o compadre e a comadre que se juntaram, ficam as ossadas batendo. Meu pai já viu. Viu dentro do mato, esperando veado. Mata qualquer pessoa aquele fogo. Se a pessoa não correr logo, o fogo vai para cima dela e queima ela todinha. Muitas vezes, estamos aqui de noite e aquele fogo voando lá na serra. A gente vê assim fogo voando. É a luzerna voando”.

## De Padre Cícero a Lampião

Além do respeito a entidades sobrenaturais, os quilombolas, predominantemente católicos, são devotos praticantes. **A padroeira da igreja local é Santa Paula Frassinetti, festejada em junho. No entanto, fala mais alto no coração dos moradores de Catuabo a devoção ao Padre Cícero (1844-1934).** “Eu tenho a imagem do meu Cícero”, orgulha-se a Sra. Marianete dos Santos. Uma das moradoras mais antigas da comunidade, a Sra. Marianete ainda se lembra dos tempos das andanças pelo sertão nordestino de um dos mais famosos devotos do Padre Cícero: Virgulino Ferreira da Silva, o cangaceiro Lampião (1898-1938).

Tendo percorrido boa parte do Nordeste brasileiro à frente de seu bando, Lampião foi o mais bem-sucedido líder do Cangaço, sendo ao mesmo tempo temido e admirado pelas populações pobres de toda a região. **“Quando dizia: ‘Zé Lampião no Batuquerê, o Zé Baiano...’ Virgem Nossa Senhora! Mamãe ia esconder a gente no mato. Muitas noites nós dormimos no mato”, revela a Sra. Marianete.** “Ele era afilhado do Padre Cícero Romão do Juazeiro”, observa o Sr. João Ferreira Lima. “É, não era para fazer mal de jeito nenhum”, indigna-se a Sra. Marianete.

Conforme o Sr. João, Lampião tinha a bênção do Padre Cícero e só foi morto porque desrespeitou as orientações de seu santo protetor:

Ele pediu ao Padre Cícero para benzer o chapéu dele para a bala não entrar. Aí o Padre Cícero disse que benzeria, mas só se ele

fizesse o pedido dele. Aí Lampião perguntou: “Qual é o pedido do senhor?” “É para você não bulir nem com mulher, nem com criança”, explicou Padre Cícero. “Eu faço”, garantiu Lampião. “Então pode trazer o chapéu que eu faço”, disse Padre Cícero. E Padre Cícero benzeu o chapéu dele e foi para casa. Todo ano ele visitava o Padre Cícero. Quando é um dia fez um trato com um fazendeiro para pegar um dinheiro. O fazendeiro foi à cidade. Quando um dia ele estava na fazenda com a mulher e uma criança na rede, a mulher botou a cabeça na porta: “Lampião vem aí”. Aí não deu tempo de pegar nem a criança. Correu o homem, correu a mulher. Deixaram a criança na rede e Lampião entrou na porta: “Opa!”. Nada dentro de casa. Só tinha a criança. “Pois vou matar a criança num instante.” Sacudiu a criança na parede e apanhou o punhal. “Mato a criança!” Desse dia para cá, nada prestou. Ele não fez o pedido do Padre Cícero. Nada prestou mais até o dia que morreu... Para todo lado que ele ia, ele via a criançinha na frente.



Sra. Marianete dos Santos e Sr. João Ferreira Lima. Fonte: Relatório Antropológico, 2010



## O samba de coco

Outra tradição cultural muito forte de Catuabo é o samba de coco, dançado em todo o sertão nordestino há muitas e muitas décadas. “O samba de coco foi inventado pelo pessoal mesmo. Era o dia que quisessem. Não tinha hora certa. Era o dia que quisessem”, diz o Sr. João, saudoso dos velhos tempos. “Mas era pela noite! Ainda cantamos samba de coco. Cantamos pisando no chão de soar.”

No chamado *batalhão*, um mutirão organizado pelos quilombolas para construir casas, o samba de coco anima todo mundo, como nos tempos antigos, rememorados durante o trabalho de tapagem e assentamento do chão de terra. “As pessoas da vizinhança vinham e tapavam tudo cantando. Era aquele batalhão danado, aquela serenata danada até quando o sol se punha”, lembra o Sr. João. “As mulheres carregavam água para molhar o barro. Os homens mexendo. Outros carregando e outros tapando. Era assim”, detalha, sem esconder a saudade.

## A expropriação do território tradicional

Nem só de boas lembranças, porém, vive a comunidade de Catuabo. Nos últimos anos, os quilombolas vêm enfrentando dificuldades cada vez maiores de acesso à terra, seu principal recurso de sobrevivência. **Ao longo do século 20, os quilombolas foram perdendo parcelas expressivas de seu território tradicional, bem como o acesso a recursos naturais indispensáveis à sua reprodução física e cultural. Não por acaso, os moradores mais velhos de Catuabo frequentemente comparam o presente com “o tempo dos antigos”, quando tinham pleno acesso às terras e matas. Nessa época, conforme detalham, a comunidade gerenciava o próprio tempo no trabalho de plantar suas roças de subsistência, das quais vendiam a produção excedente em feiras locais.**

Um dos guardiões da memória de Catuabo, o Sr. Antônio, lembra os marcos do território tradicional da comunidade, que herdaram de Bernardo dos Santos: “Ali tem um umbuzeiro, indo para o Alagadiço por uma estrada carroçal que cai ali. Sai lá onde é Vasconcelos. Bem ali, nessa estrada, realmente tem um umbuzeiro. Era dali, do umbuzeiro para cá, as terras do velho Bernardo”, detalha. “Para cá não ia muito longe. Tinha uma estrada aí também que vinha das Graças e que saía para o Batiquerê e ia para a Carira. Uma estrada velha que hoje está tapada. (...) Mais ou menos daquela cancela ali, daquela estrada velha ali mais ou menos, eram as imediações da terra do velho. Dali para cá.”

Segundo o Sr. Antônio, a expropriação das terras de Catuabo começou no período em que Bernardo dos Santos estava vivo – ou seja, há muitas décadas: “Eu sei que de cada lado tiraram uma tira (de terras). A verdade é que o velho foi ficando imprensado. (...) Ele, para não fazer miséria nem nada, coitado, abria mão”, conta. Como aconteceu em várias partes do Brasil, a expropriação de terras em Catuabo se deu pelo uso da força e de todo tipo de artimanha, como revela o Sr. Antônio: “Quando ele vendia, tudo bem, mas, quando ele não vendia, alguém obrigava... Porque antigamente aqui havia uma história de terra sem dono, sem documento nenhum, sem nada. Então, quem chegasse tomava conta. Marcava de uma árvore a outra árvore longe. (...) Nesta região, houve muito disso.” “Eles pegavam um terreno assim”, explica o Sr. João Ferreira de Lima. “Aí fincava três pedras encostadas uma na outra aqui. Assim chegava muito na frente, fincava mais três lá na frente. Em outro lugar, fincava mais três e fincava nos quatro cantos. Ali ninguém mexia, nem tinha arame, nem nada...” “O finado Bernardo sofreu muito essa pressão”, lamenta o Sr. Antônio. “Às vezes, vendia por um precinho mínimo; às vezes, abria mão.”

Apesar do constrangimento que Bernardo dos Santos sofria para desfazer-se de suas terras, sua época é lembrada pelos quilombolas pela estabilidade territorial da comunidade, já que ainda tinham acesso regular às matas e à terra para plantar, usufruindo coletivamente dos recursos naturais. “Para trás, acho que o povo era melhor. Davam mais terra para o povo trabalhar”, opina a Sra. Maria José. “Hoje não

dão. Os fazendeiros não dão terra para o povo trabalhar.” A situação, porém, modificou-se definitivamente com a chegada progressiva à região de um novo modelo produtivo baseado na exploração comercial de pastagens para a pecuária e na agricultura comercial intensiva. “A gente trabalhava na cachoeira, trabalhava no finado Agnaldo compadre. Roça de mandioca”, conta a Sra. Marianete, referindo-se a áreas que foram destinadas ao plantio intensivo de milho e de capim. “Depois parou, fizeram a separação. Depois nós tivemos que plantar mandioca aqui nos nossos pertences mesmo.” Parte da produção é destinada às casas de farinha da comunidade, outra fonte de renda dos quilombolas.

O novo modelo produtivo implementado na região de Frei Paulo se sustenta pelo desmatamento, pela destruição de recursos naturais essenciais à comunidade de Catuabo e pelo cercamento de terras antes usufruídas coletivamente ou herdadas pelos quilombolas. “Esta terrinha aqui era dos meus avós. Eu fiquei e fui governando o que eu tinha. Minha mãe deixou e eu peguei”, diz a Sra. Marianete. “O pouco que eu tenho, se der para plantar mandioca, eu planto; se der para plantar capim, eu planto. O que eu tenho ali muito ou pouco está plantado de capim. O que eu planto está aí para todo mundo ver.”



Como consequência direta dessa reorganização produtiva no semiárido sergipano, parcelas enormes do território tradicional de Catuabo foram indevidamente apropriadas por grileiros e por fazendeiros. Entre as estratégias utilizadas por esses expropriadores para tomar as terras dos quilombolas, destaca-se a compra em períodos de fragilidade econômica ou emocional da comunidade, bem como a ocupação de áreas superiores às que foram negociadas.

“A família cresceu e não tem terra para trabalhar”, reclama o Sr. Enaldo. “Hoje, os fazendeiros têm as terras e só querem dar um pedacinho de roça forrengada. A gente pega assim um pedacinho de roça e às vezes mal dá para pagar a terra”, completa Dona Maria José, que acrescenta: “A família aumentou. O povo daqui foi pegando os pedacinhos. (...) Para trás, as famílias eram poucas, então qualquer coisa dava para trabalhar. Hoje, as famílias renderam. Aí se torna em nada. O problema é esse”. Para piorar o quadro, mesmo os quilombolas que têm acesso a terra dificilmente conseguem bancar os produtos necessários ao cultivo: “Você que é pobre, hoje, bota uma tarefa de roça. Aí tem que botar quarenta sacos de ureia, cinquenta de adubo, sessenta... Quando você faz as contas do adubo do milho, da ureia, não dá nem para pagar a roça...”, queixa-se o Sr. Enaldo.

Devido a todo esse processo de expropriação de terras e de precarização dos recursos naturais, atualmente a comunidade de Catuabo resume-se a um pequeno território cercado por imóveis rurais de diferentes portes, delimitados por cercas de arame farpado, com restrições de acesso. Nessa situação, os quilombolas se viram forçados a desenvolver no quintal de casa alguma cultura de subsistência, sobretudo mandioca, e em alguns casos uma cultura temporária, com destaque ao milho. A caça de aves e de répteis é ainda praticada por alguns quilombolas, mas vem diminuindo rapidamente devido à redução e privatização das matas no território. “Hoje quem vai caçar lá na boca? Ninguém!”, diz a Sra. Marianete. “Porque pode esperar que vai ser preso”, explica o Sr. João Ferreira.

Com cada vez menos acesso a recursos naturais e sem muitas oportunidades de geração de emprego e de renda, os moradores de

Catuabo acabam tendo de trabalhar nas fazendas vizinhas sem nenhum vínculo empregatício e a troca de remunerações miseráveis. Na verdade, os quilombolas que conseguem algum serviço nas propriedades privadas da região não são sequer assalariados, tendo de trabalhar em condições degradantes. Sinal incontestável de sua situação precária, eles são popularmente conhecidos na região como “trabalhadores de aluguel”, atuando principalmente na época de colheita de milho sem garantias trabalhistas.

Além de todas essas dificuldades, os quilombolas de Catuabo sofrem com a precária infraestrutura local. Como não há na comunidade redes de esgoto sanitário nem sistema de tratamento, o esgotamento sanitário é feito por fossas sépticas e comuns. Boa parte do lixo tem de ser queimado ou soterrado pelos próprios quilombolas. Já o lixo da limpeza urbana é transportado em caçamba e carroça e depositado a céu aberto. A rede de distribuição de água, até recentemente, tinha fornecimento irregular. Por isso, alguns dos moradores se valiam de tanques e de nascentes da região para tê-la em casa. No território da comunidade, há apenas uma escola, que atende as crianças até a 4ª série do ensino fundamental. Para cursarem as séries seguintes,

O Sr. Antônio mostra um dos tanques utilizados pelos quilombolas.

Fonte: Relatório Antropológico/2010.



os jovens quilombolas têm de se deslocar diariamente até o Povoado Alagadiço ou a zona urbana de Frei Paulo.

## Luta pela titulação das terras

Para mudar sua situação degradante e garantir a continuidade da comunidade e uma vida mais digna para todos os seus moradores, os quilombolas de Catuabo fundaram em 2006 uma associação comunitária, incentivados pela Cáritas, entidade humanitária da Igreja Católica. Por meio da associação, os quilombolas reivindicam a titulação das terras que herdaram de Bernardo dos Santos e cobram das autoridades públicas maior apoio técnico e financeiro para a criação de fontes de renda e para a preservação de sua forma de vida tradicional, tão desrespeitada por grileiros e fazendeiros vizinhos.

Como resultado de sua mobilização, os quilombolas de Catuabo conseguiram nos últimos anos o apoio do Banco Mundial no desenvolvimento de um projeto de cisternas que garante o fornecimento de água às residências. Além disso, iniciaram uma parceria com a Secretaria da Agricultura de Sergipe e com a Embrapa para implementar na comunidade projetos de agricultura familiar. Com a ajuda do Incra, os moradores de Catuabo tiveram a oportunidade de conhecer outras comunidades no estado, muitas das quais com realidades parecidas com a deles. Do governo federal, os quilombolas vêm sendo beneficiados com o Bolsa Família e com projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, com a meta de construção de mais de 100 casas em seu território tradicional.

Agora, além da continuidade e aperfeiçoamento de todos esses projetos e a titulação de suas terras, a grande demanda dos moradores de Catuabo é a melhoria da escola local. Orgulhosos de seu passado e cientes das diretrizes da Lei 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país, os quilombolas reivindicam o uso de material didático

próprio à comunidade e a implantação de currículo específico à sua realidade em nível fundamental e médio, bem como a presença de professores preparados para ensinar às crianças e aos jovens o que é ser quilombola.



Este texto foi escrito por Gustavo A. F. Silva a partir do Relatório Antropológico Comunidade Remanescente de Quilombo Catuabo elaborado em 2010 pela antropóloga Mariana Balen Fernandes (coordenadora); antropólogo Aderval Costa Filho; engenheiro-agrônomo Rafael Lopes Franco; historiador Vinicius Pereira de Oliveira; e antropólogo Cristian Jobi Salaini.

# Uma palavra da comunidade

## Catuabo

Na luta pela conquista de nosso território, a criação de nossa Associação de remanescentes de quilombo foi um passo decisivo. Nós nos unimos e criamos a Associação em 2006, apesar de certo receio a princípio de pessoas da comunidade. Alguns não queriam se associar. Foi um obstáculo. Depois, o Incra e algumas outras instituições do Estado foram chegando e nos motivando. No início houve um grande salto na comunidade, devido às políticas públicas. Além disso, as instituições federais ajudaram muito a comunidade a desenvolver as questões sociais. A partir disso, a comunidade começou a acreditar.

Antes da Associação e do apoio do poder público, muitas pessoas da comunidade não aceitavam ser descendentes de quilombolas, mas depois do crescimento na questão social começaram a se orgulhar disso. A resistência era por ser escravo, a resistência era por ser um quilombo. As pessoas não aceitavam as questões da cor, a questão negra. Foi uma guerra, no sentido emocional, para que elas entendessem o desenvolvimento delas próprias.

Atualmente, a Associação tem por principal objetivo a conquista de nosso território, mas não deixa de lado outras questões importantes para nós, como a da habitação. Até há poucos anos, muitas pessoas da comunidade não tinham casa para morar. Agora, com o programa Minha casa, minha vida, temos o projeto de construir aqui mais de 100 casas. Até o momento, já foram construídas 41 casas e estamos lutando para que o projeto seja renovado e passemos das 100 casas.



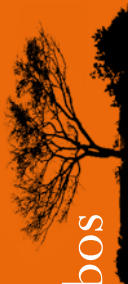
Apesar dessa e de outras conquistas importantes, nunca perdemos de vista nosso maior sonho: a posse definitiva de nossas terras. Não há outro motivo em nossa luta a não ser ter a terra para plantarmos e conquistarmos o que queremos: viver em paz, viver do nosso plantio, saber que estamos pisando em nossa terra. Isso é um sonho. O primeiro e maior sonho. E estamos lutando juntos para fazer dele uma realidade para nós e para nossos filhos.



Cisternas construídas em cada casa da comunidade.

Fonte: Francisco Carlos de Jesus (Chicão)

Palavra da comunidade elaborado a partir da consulta a Francisco Carlos de Jesus (Chicão), presidente da Associação de Catuabo (2016).



# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qc' Silva, Gustavo Augusto Fonseca  
Quilombo Catuabo / Gustavo Fonseca . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico Comunidade Remanescente de Quilombo Catuabo, elaborado sob a coordenação de Mariana Balen Fernandes, com Aderval Costa Filho, Rafael Lopes Franco, Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico comunidade remanescente de Quilombo Catuabo I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e  
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS  
Centro de Estudos  
Rurais e de Políticas  
Agrárias e Territoriais

CEC - AL

Quilombolas

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL  
2003-2010